



civil sobre a oportunidade e eficiência da medida de redução da maioria penal.

A prática de atos infracionais por adolescentes tem colocado em questão as diretrizes da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, adotada pelo Estado brasileiro em seu texto constitucional e por tratados internacionais de direitos humanos, ratificados e promulgados. Contudo, exige-se uma reflexão maior dos impactos almejados pela redução da maioria penal, no sentido de averiguar sua eficácia para o controle da criminalidade e reinserção social dos infratores, sob pena de retrocedermos na conquista de direitos fundamentais de sujeitos de direitos genuínos, que são as crianças e os adolescentes.

Ainda que tenha sido aprovada a admissibilidade da matéria, restam dúvidas quanto à constitucionalidade de propostas deste teor e a oitiva de diversos atores de movimentos sociais, de representantes de órgãos públicos e de agentes políticos contribuirá inegavelmente para o bom desempenho dos debates nesta Comissão Especial.

Desta forma, propomos uma Audiência Pública para que se discuta a redução da maioria penal na perspectiva dos profissionais da saúde, contando com o apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2015.

Deputada Maria do Rosário
PT/RS

Deputada Margarida Salomão



PT/MG